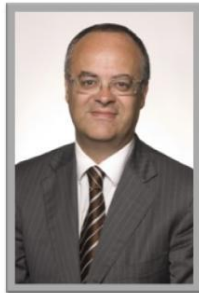




EUROPASS- CURRICULUM VITAE



INFORMAÇÃO PESSOAL

Apelido(s) / Nome(s) **CANAS, VITALINO José Ferreira Prova**

Telefone 213822270

Correio eletrónico vc@vitalinocanas.pt

Nacionalidade Portuguesa

Data de nascimento 14 de Julho de 1959

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, menção de Ciências Jurídico-Políticas, com a classificação de aprovado com distinção e louvor, por unanimidade.

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1986, com a classificação final de Bom.

Licenciado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito de Lisboa (FDL), em 1982, com a média final de 16 valores (primeiro classificado do curso de 1977/82).

ACTIVIDADE DOCENTE

- Exerceu na FDL as funções de **MONITOR** nos anos letivos de 1980/81, 1981/82 e 1983/84 nas seguintes disciplinas:

Finanças Públicas;
Direito Constitucional (anual);
Filosofia do Direito;
Direito Constitucional I e II.

- Exerceu na FDL as funções de **ASSISTENTE-ESTAGIÁRIO** nos anos letivos de 1984/85 e 1985/86 nas seguintes disciplinas:

Direito Constitucional I e II;
Direito Administrativo;
Ciência Política;
Direito Processual Civil.

- Adquiriu em 1986 a categoria de **ASSISTENTE** da Faculdade de Direito de Lisboa.

Nessa qualidade:

- regeu a disciplina de Direito do Mar no ano letivo de 1990/91;
- lecionou a disciplina de Ciência Política e Direito Constitucional no ano letivo de 1992/93; em 1993/4 lecionou Direito Constitucional II e Direito Internacional Público;
- colaborou no Curso de Mestrado em Ciência Política, no ano letivo de 2002/3;
- colaborou no Curso de Mestrado em Direito Constitucional, no ano letivo de 2003/4;
- colaborou no Curso de Mestrado em Direito Constitucional, no ano letivo de 2004/5;
- colaborou no Curso de Mestrado em Ciência Política, no ano letivo de 2005/6.

- Adquiriu em 2016 a categoria de **PROFESSOR AUXILIAR** da Faculdade de Direito de Lisboa.

Nessa qualidade:

-tem regido unidades curriculares de Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Ciência Política, Relações Internacionais, Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana, Introdução à Metodologia da Investigação Científica, Direito Internacional dos Direitos Humanos.

- Exerceu funções de **PROFESSOR ASSOCIADO** na Universidade da Ásia Oriental (Macau) nos anos letivos de 1988/89 e 1989/90, tendo regido as seguintes disciplinas:

Ciência Política;
Direito Internacional Público.

- Na qualidade de **PROFESSOR CONVIDADO**, regeu as disciplinas de Ciência Política, Direito Constitucional e Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo), onde lecionou no ano letivo de 1991/92 e no primeiro semestre do ano letivo de 1992/93, ao abrigo de um programa de cooperação entre a FDL a UEM e a DANIDA (Organização Dinamarquesa de Cooperação).

CARGOS EM ORGÃOS UNIVERSITÁRIOS

- Regeu a disciplina de Direito Constitucional no ano letivo de 2006/7, no Curso de Solicitadoria do ISCAD (grupo Lusófona); regeu a disciplina de Direitos Fundamentais dos Cidadãos no ano letivo de 2006/7, no Curso de Solicitadoria do ISCAD (grupo Lusófona); regeu as mesmas disciplinas no ano letivo de 2007/8; regeu a disciplina de Direito Administrativo I e II nos anos letivos de 2008/9 e 2009/10 no Curso de Solicitadoria do ISCAD (grupo Lusófona); regeu as mesmas disciplinas no ano letivo de 2010/11, bem como a disciplina de Contencioso Administrativo, no curso de Mestrado; regeu as mesmas disciplinas no ano letivo de 2011/12.

- Foi docente do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna (ISCPSI) desde 2005, lecionando em cursos de pós-graduação.

- Colaborou com a Universidade Nova e o Instituto de Estudos Superiores Militares em cursos de pós-graduação no domínio do Direito Administrativo de Polícia e do Direito da Segurança, tendo regido módulos nos anos letivos de 2006/7, 2007/8, 2008/9, 2009/10, 2010/11 e 2011/12.

- Foi membro do Conselho Pedagógico e da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito de Lisboa. Esteve indigitado para ser membro do Conselho Diretivo da FDL em 1986, não chegando a tomar posse do lugar por se ter deslocado entretanto para Macau.

- Designado para o Senado da Universidade Clássica de Lisboa pelos Assistentes da FDL.

- Membro do Conselho Científico do ISCAD.

- Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da FDL (2017-...)

Membro do Conselho Científico da FDL (2019-...)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EXTRA-ACADÉMICA

- Entre 1983 e 1986 exerceu funções no Tribunal Constitucional, com a categoria de Assessor, no Gabinete dos Juízes, funções que retomou no final de 1993 e desempenhou até Outubro de 1995.

- Em **Macau** (entre Julho de 1986 e Abril de 1991):

- Exerceu, a partir de 1986, funções de Assessor e de Chefe do Gabinete do Secretário Adjunto para a Administração e Justiça;
- Exerceu, a partir de Novembro de 1987, funções de Assessor Jurídico do Governador;
- Foi membro da Comissão de Projeto dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- Exerceu, desde Janeiro de 1988, até Setembro de 1989, o cargo de coordenador do Gabinete do Curso de Direito e Administração Pública;
- Foi membro da Comissão Instaladora da Fundação do Oriente;
- Foi delegado do Governo junto da Companhia de Corridas de Cavalos de Macau, desde 1986 a 1990;
- Foi coordenador residente do curso de Direito da Universidade da Ásia Oriental (atual Faculdade de Direito de Macau) desde a sua criação até Agosto de 1989;
- Foi Chefe do Gabinete do Governador de Macau desde Dezembro de 1989 a Abril de 1991.

- Em **Moçambique** (entre Agosto de 1991 e Outubro de 1995):

- Foi consultor do Banco Mundial na avaliação do Programa de reforma dos órgãos locais de Moçambique (finais de 1991), tendo participado em 1993 nas negociações do mesmo Programa em Washington já como consultor do Governo de Moçambique. Este Programa traduziu-se num crédito de cerca de 21 milhões de USD a favor da República de Moçambique;
- Foi consultor do Governo de Moçambique no Programa de Reforma dos órgãos locais (municípios), desde Fev. 1992 até Outubro de 1995, encarregando-se da elaboração dos termos de referência de toda a parte legal e respetivos consultores, bem como da elaboração do quadro institucional e dos modelos de reforma legal necessários à criação de municípios. A legislação atualmente vigente foi, no essencial, preparada no contexto deste projeto.

Em Portugal

- Participou como consultor do programa SIGMA da OCDE (Support for Improvement in Governance and Management in Central and Eastern European Countries) em atividades relacionadas com o desenvolvimento institucional na Polónia.
- A partir de 1994, até Outubro de 1995, prestou ocasionalmente consultoria a uma empresa, em projetos na área do direito do ambiente.
- Foi consultor jurídico da Fundação Aga Khan desde 2002 até 2006. É consultor desde 2006 da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento (Portugal), tendo integrado a Comissão Mista do Governo português e do Imamat Ismaili, em representação de Sua Alteza o Aga Khan.
- Foi consultor da Fundação Oriente desde 2002 até 2014.
- Foi consultor da Fundação Stanley Ho desde 2002 até Abril de 2011.
- Foi consultor do Governo de Cabo Verde, desde 2004 até 2015.
- Como consultor do Senlis Council Drug Policy Advisory Forum, participou num estudo de viabilidade sobre “A project in Afghanistan – Law enforcement”, apresentado em Kabul em Setembro de 2005. Consultor permanente do Senlis Council desde Março de 2006 até 2009.
- Membro do Conselho Consultivo da Companhia Imobiliária do Fez, depois Orizon, desde Junho de 2005 até 2011.
- Administrador não executivo da Companhia de Seguros Sagres (Novembro de 2006 a Março de 2009).
- Provedor da Ética Empresarial e do Trabalhador Temporário, da APESPE, desde 1 de julho de 2007 até 31 de maio de 2017.
- Membro do Advisory Board do International Council on Security and Development – ICOS <http://www.icosgroup.net/advisory-board/>
- Consultor do Democratic Reporting International (DRI).
- Foi Presidente da Comissão de Remunerações do Banco Português de Gestão
 - Presidente da Assembleia Geral do BPG
 - Administrador único da Sonyoung, Lda. (2016-2019)

**JURISCONSULTORIA E
ADVOCACIA**

Como jurisconsulto elaborou vários pareceres sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Fiscal e outras áreas jurídicas.

É advogado desde 2004. Sócio da Vitalino Canas e Associados, Sociedade de Advogados, RL.

CARGOS PÚBLICOS

- Exerceu desde Outubro de 1995 até Outubro de 1999 o cargo de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XIII Governo Constitucional.

- Exerceu o mesmo cargo no XIV Governo Constitucional desde Outubro de 1999 até Abril de 2002.

- Eleito Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Santarém em Outubro de 1999 (VIII Legislatura), não tendo exercido o mandato por estar no Governo.

- Reeleito Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Santarém em 17 de Março de 2002 (IX Legislatura). Pertenceu à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Defesa; integrou várias comissões eventuais (Comissão Eventual de Revisão Constitucional, Comissão eventual para a Reforma do Sistema Político, etc.). Presidiu à subcomissão da Administração Interna.

- Reeleito Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Santarém em 20 de Fevereiro de 2005 (X Legislatura), tendo desempenhado as seguintes funções no contexto do seu mandato:

- Vice-Presidente da bancada do Partido Socialista até Outubro de 2006;
- Presidente da Comissão de Assuntos Europeus desde Outubro de 2006 até Outubro de 2009;
- Membro das comissões de Direitos, Liberdades e Garantias, de Assuntos Europeus e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas;
- Membro da Assembleia Parlamentar da OTAN desde Abril de 2005. Relator-geral da Comissão da Dimensão Civil da Segurança desde a reunião da Primavera de 2005; vice-presidente da mesma Comissão desde a Primavera de 2009;
- Membro do Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários (2005/ Novembro de 2009);
- Membro do Conselho Superior de Informações (2005/2009);
- Membro da delegação portuguesa à COSAC. Presidente da COSAC no 2.º Semestre de 2007;
- Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-República Popular da China (2006/2009);
- Vice-Presidente do Grupo parlamentar de amizade Portugal-EUA (2005/2009).

- Reeleito Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Lisboa em 27 de Setembro de 2009 (XI Legislatura), tendo desempenhado as seguintes funções no contexto do seu mandato:
 - Presidente da Comissão de Assuntos Europeus desde Novembro de 2009 até Junho de 2011;
 - Membro suplente das comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e de Economia;
 - Membro da Comissão Eventual de Revisão Constitucional, Coordenador dos Deputados do Partido Socialista na Comissão;
 - Membro da Assembleia Parlamentar da OTAN desde Novembro de 2009. Relator-Geral da Comissão da Dimensão Civil da Segurança desde a Primavera de 2005 até 2009; Vice-Presidente e Relator especial da Comissão desde 2009;
 - Membro do Conselho Superior de Informações (2009-2011);
 - Membro da delegação portuguesa à COSAC (chefe de delegação) desde 2009 até Junho 2011;
 - Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-República Popular da China (2009/2011);
 - Vice-Presidente do Grupo parlamentar de amizade Portugal-EUA (2009/2011).

- Reeleito Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Lisboa em 5 de Junho de 2011 (XII Legislatura), desempenhando as seguintes funções no contexto do seu mandato:

- Membro da Comissão de Assuntos Europeus, coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nessa Comissão; vice-presidente da mesma Comissão;
- Membro da Comissão Parlamentar eventual de acompanhamento do programa de reajustamento;
- Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Banco Português de Negócios;

Membro suplente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas;

- Membro da Assembleia Parlamentar da OTAN. Vice-Presidente e Relator especial da Comissão para a Dimensão Civil da Segurança; desde 2014, Presidente da mesma Comissão;
- Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-República Popular da China;
- Membro dos Grupos Parlamentares de Amizade Portugal-Rússia e Portugal-Canadá;
- Membro do Conselho Superior de Informações.

- Reeleito Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Lisboa em Outubro de 2015 (XIII Legislatura), desempenhando as seguintes funções no contexto do seu mandato:

- Membro da Comissão de Assuntos Europeus, coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nessa Comissão; vice-presidente da mesma Comissão;
- Membro da Comissão de Defesa Nacional;
- Membro suplente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias;
- Membro suplente do Conselho de Administração da Assembleia da República;
- Membro da Assembleia Parlamentar da OTAN. Desde 2014, Presidente da Comissão para a Dimensão Civil da Segurança; desde 2017, Presidente da Sub-comissão para a Governação Democrática; desde 2017, Vice-presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, eleito na sessão de Outubro em Bucareste;
- Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-República da Coreia;
- Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade informal Portugal-República do Azerbaijão;
- Membro dos Grupos Parlamentares de Amizade Portugal-Indonésia e Portugal-China.

- Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Sintra desde Janeiro de 2002, reeleito para o mandato de 2005-2009; líder da bancada do Partido Socialista.

CARGOS DE REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Consul Honorário da República da Coreia desde agosto de 2020

CARGOS PARTIDÁRIOS

- Foi Presidente do Conselho Nacional de Jurisdição da Juventude Socialista.
- Foi Presidente do Conselho Nacional de Jurisdição do Partido Socialista entre 1996 e Fevereiro de 1999.
- Membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista desde Fevereiro de 1999 até Novembro de 2002. De novo membro do Secretariado Nacional desde Novembro de 2006 até 2011.
- Membro da Comissão Permanente do Partido Socialista desde o início do ano 2000 até Novembro de 2002. De novo membro da Comissão Permanente do Partido Socialista desde Outubro de 2005 até à sua extinção em Novembro de 2006.
- Membro da Comissão Política do Partido Socialista desde Novembro de 2002 até 2011.
- Mandatário Nacional do Partido Socialista nas eleições legislativas de Março de 2002.
- Membro da Comissão Organizadora do XIII Congresso do Partido Socialista.
- Porta-voz do Partido Socialista desde Outubro de 2005 até Julho de 2009.

BOLSAS DE ESTUDO

Foi bolseiro das seguintes instituições:

- INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica);
- Max-Planck-Institut fur ausländisches offentliches Recht und Volkerrecht (Heidelberg, RFA) ;
- NATO (North Atlantic Treaty Organisation);
- Fundação Luso-Americana.

CURSOS DE FORMAÇÃO MINISTRADOS

Ministrou vários cursos de formação em áreas jurídicas, nomeadamente na área do Direito Administrativo, Direito Municipal, Direito Constitucional, Direito policial e da Introdução ao Direito.

COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

Apresentou comunicações em vários congressos, colóquios, seminários e encontros jurídicos e políticos em Portugal, Brasil, Macau, Moçambique, Polónia, Cabo Verde, Suíça, Reino Unido, França, Espanha, Grécia, Áustria, Alemanha, Afeganistão, Egipto e Tunísia.

Língua materna

Portuguesa

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu (*)

		Compreensão		Conversaço				Escrita		
		Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral		
Inglês	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente
Francês	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}
Alemão	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}
Italiano	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}
Castelhano	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}	B1	Utilizador indepen. ^{te}

(*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

OBRAS PUBLICADAS

A título individual:

Livros

- *As Decisões de Provimento do Tribunal Constitucional. Os seus efeitos em particular*, Cognition, Lisboa, 1984.
- *Os Processos de Fiscalização da Constitucionalidade e da Legalidade pelo Tribunal Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 1986.
- *Preliminares do Estudo da Ciência Política*, Publicações o Direito, Macau, 1992.
- *Introdução às Decisões de Provimento do Tribunal Constitucional*, AAFDL, Lisboa, 1994.
- *Preliminares do Estudo da Ciência Política*, tradução chinesa, Publicações o Direito, Macau, 1997.
- *Referendo Nacional. Introdução e Regime*, Lex, Lisboa, 1998.
- *O Crime de Branqueamento. Regime de prevenção e de repressão*, Almedina, Coimbra, 2004.
- *Constituição da República Portuguesa – Comentários e notas*, AAFDL, Lisboa, 2004.
- *Europa* (Diálogo com Cristina Rita), Europress, Lisboa, 2007.
- *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo de Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017 (1.ª reimpressão, 2019).
- *Estudos sobre Populismo: Uma Perspetiva Panorâmica* (coord.), AAFDL, Lisboa, 2020 (participação com o texto “Populismo: componente endémica da xemocracia de partidos?”).
- *Harmonização e Ponderação. Uma Perspetiva Comparada sobre Portugal e Brasil* (coord.), AAFDL, Lisboa, 2020 (participação com o texto “Proibição do excesso, proibição do defeito e garantia do conteúdo mínimo das colisões de direitos sociais”).

Artigos de revista e colaborações em obras coletivas

- "A Forma de Governo Semipresidencial. Alguns aspetos", in *Revista jurídica*, vol. 1 (1982).
- "O Ministério Público e a Defesa da Constituição", in *Revista do Ministério Público*, ano 5, nº 20 (1984).

- "O Orçamento Comunitário, principais problemas", separata da *Revista Jurídica*, vol. 4 (Out./Dez. 1985), pp. 145-180.
- "Os Efeitos das Decisões do Tribunal Constitucional", *Revista Progresso do Direito*, nºs 3-4 (1986).
- "O Vício de forma do acto administrativo", in *Revista Jurídica* vol. 9/10 (Jan./Jul. 1987).
- "Relações entre o Ordenamento Constitucional Português e o Ordenamento Jurídico do Território de Macau", Separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, vol. 365 (1987), pp. 1-29; *Revista Jurídica de Macau*, vol. 1 (1988).
- "A Problemática das delegações de poder em Macau", in *Administração*, vol. 7 (1990).
- "Vias de participação política das diferentes comunidades de Macau", in *Population and city growth in Macau*, Macau, 1990.
- "Quadros e Padrões do fenómeno político em Macau", in *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, separata (1992), pp. 393-455.
- "Princípio da proporcionalidade", separata do *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. VI, Lisboa, 1994.
- "Staat und Kirche in Portugal", in Gerhard Robbers (org), *Staat und Kirche in der Europäischen Union*, Baden-Baden, 1995 (versões em alemão, inglês, italiano, castelhano, francês e checo).
- "A Lei 3/94, de 13 de Setembro, da República de Moçambique, sobre o quadro institucional dos distritos municipais", separata da *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, vol. XXXVI (1995), pp. 223-254.
- "Relação Jurídico-Pública", separata *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, vol. VI, Lisboa, 1996, pp. 207-234.
- "Tribunal Constitucional: órgão de estratégia legislativa?", separata da *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, vol. XXXVIII (1996), p. .
- "A Lei Básica e a evolução política de Macau", separata *Política Internacional*, nºs 15/16 (Outono-Inverno 1997), pp. 147-174.
- "O princípio da proibição do excesso na Constituição: arqueologia e aplicações", in Jorge Miranda (ed.), *Perspectivas Constitucionais*, vol. II, Coimbra, 1997, pp. 323-357.
- "O sistema de governo moçambicano na Constituição de 1990", in *Revista Luso-Africana de Direito*, vol. 1 (1997), pp. 167-178.
- "Macau", in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 1.º suplemento, Lisboa, 1998.
- "Sistema semi-presidencial", in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 1º suplemento, separata, Lisboa, 1998, pp. 468-502.

Separata,

- “A fiscalização da constitucionalidade em Portugal e em Cabo Verde: em especial a fiscalização preventiva”, in *Revista Direito e Cidadania* (Cabo Verde), número especial, ano III (Maio de 1999).
- “Um passo mais na qualidade da democracia”, *Revista Paraná Eleitoral* (Brasil), n.º 32 (Abr./Jun. 1999), pp. 13-21.
- “O n.º 9 do artigo 112º da Constituição: transposição de directivas”, separata à *Revista Polis*, ano VI, n.º 7/8 (Jan.-Dez. 1999), pp. 101-109.
- “A extensão da autonomia de Macau na comunidade e na lei”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau*, ano V, n.º 12 (2001), pp. 225-245.
- “Notas sobre alguns aspectos restritivos da “nova” lei dos estrangeiros”, in *Vida Judiciária*, n.º 71 (Jul./Agosto de 2003), pp. 21-24.
- “Os efeitos das decisões do Tribunal Constitucional: a garantia da segurança jurídica, da equidade e do interesse público”, in *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n.º 2 (Jul./Dez. 2003), pp. 225-239.
- “Partidos Políticos: um balanço do estudo do tema”, separata dos *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra, 2003, p. 433-.
- “Dilemas da comunicação política”, in *Comunicação para os Cidadãos no estado da sociedade em que vivemos, Comunicações da Conferência Internacional realizada em Oeiras em 9 e 10 de Outubro de 2003*, pp. 145-149.
- “The semi-presidential system”, separata da *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (Heidelberg Journal of International Law)*, Band 64 (2004), n.º 1, pp. 95-124.
- “O Tribunal Constitucional: órgão de garantia da segurança jurídica, da equidade e do interesse público de excepcional relevo”, separata dos *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando Marques Guedes*, Coimbra, 2004, pp. 107-126.
- Recensão a André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (orgs.), Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002, in *Análise Social* n.º 172, vol. XXXIX, (Outono de 2004).
- “ «Branqueamento de capitais»: noções elementares do regime jurídico de prevenção e repressão e evolução previsível”, separata da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, suplemento, 2004, pp. 201-232.
- “Princípio da proibição do excesso e polícia”, separata do I *Colóquio de Segurança Interna*, coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Coimbra, 2005.
- “State and Church in Portugal”, in Gerhard Robbers (ed.), *State and Church in the European Union*, 2.ª ed., Baden-Baden, 2005, pp. 439-467.

- “State und Kirche in Portugal”, in Gerhard Robbers (ed.), *State in Kirche in der Europäischen Union*, 2.ª ed., Baden-Baden, 2005, pp. 477-507.
- “O PS: que partido é?”, in Vitalino Canas (org.), *O Partido Socialista e a Democracia*, Lisboa, 2005 (1.ª ed.), 2006 (2.ª ed.), pp. 3-28.
- “O segredo profissional dos advogados”, separata dos *Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos*, vol. II, Coimbra, 2005, pp. 791-808.
- “Nacionalidade portuguesa depois de 2006”, separata dos *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Marcello Caetano*, vol. II, Coimbra, 2006, pp. 851-888.
- “A actividade de polícia e a proibição do excesso: as forças e serviços de segurança em particular”, in Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira (ed.), *Estudos de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 445-481.
- “Os acordos religiosos ou a generalização da fórmula concordatária”, separata dos *Estudos em Memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pp. 281-334.
- “Ciência Política”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 3.º suplemento, Lisboa, 2007, pp. 122- 145.
- “Branqueamento de capitais”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 3.º suplemento, Lisboa, 2007, pp. 73- 90.
- “Reler Duverger: O sistema de governo semi-presidencial ou o triunfo da intuição «científica» ”, in *Negócios Estrangeiros*, 11.4 número especial (Outubro 2007), pp. 95-112.
- “Semi-presidential System”, separata do *Anuário Português de Direito Constitucional*, vol. IV (2004-2005), pp. 73-119.
- “As medidas de natureza preventiva contra o branqueamento e o financiamento do terrorismo”, Separata da *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 68, II/III (Setembro/Dezembro 2008), pp. 811-900.
- “The general Regime of Fundamental Rights in the Basic Law and in the International Instruments”, in Jorge Oliveira/Paulo Cardinal (eds.), *One Country, two Systems, Three Legal Orders – Perspectives of Evolution. Essays on Macau’s Autonomy after the Resumption of Sovereignty by China*, Springer, 2009.
- “Estudo sobre a reforma eleitoral para a Assembleia da República. Uma reflexão crítica e política”, in *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, edição especial, 12, (Novembro 2009), pp. 63-68.

- “As medidas de natureza preventiva contra o branqueamento e o financiamento do terrorismo”, in Luciano Nascimento Silva / Gonçalo de Melo Bandeira (ed.), *Lavagem de dinheiro e injusto penal. Análise dogmática e doutrina comparada luso-brasileira*, Juruá Editora, Curitiba, 2009, pp. 485-554; em Portugal, *Branqueamento de capitais e injusto penal. Análise dogmática e doutrina comparada luso-brasileira*, Juruá Editora, Lisboa, 2010, pp. 485-554.

- “A estrutura normativa da Região Administrativa Especial de Macau”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau*, ano XIII, n.º 27, (2009), pp. 47 e ss. (versão chinesa no n.º 12 da mesma revista).
- “A actividade de polícia e a actividade policial como actividades limitadoras de comportamentos e de posições jurídicas subjectivas”, separata dos *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010.
- “A proibição do excesso como instrumento mediador de ponderação e otimização (com incursão na teoria das regras e dos princípios), in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 811-893.
- "Os limites gerais da atividade de polícia", in Jorge Bacelar Gouveia (ed.), *Estudos de Direito e Segurança*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 449-469.
- “Uma missão para um novo Código Administrativo”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 763-786.
- “Proporcionalidade”, in Jorge Bacelar Gouveia / Francisco Pereira Coutinho (eds.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Quid Juris, Lisboa, 2013, pp. 304-310.
- “Tribunais Militares”, in Jorge Bacelar Gouveia / Francisco Pereira Coutinho (eds.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Quid Juris, Lisboa, 2013, pp. 372-374.
- "Constituição *prima facie*: igualdade, proporcionalidade, confiança (aplicados ao 'corte' de pensões)", in *e.pública - Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 1 (janeiro 2014).
- “Portugal”, in Gerhard Robbers (ed.), *Encyclopedia of Law and Religion*, http://dx.doi.org/10.1163/2405-9749_elr_COM_0000091
- Anotações aos artigos 158.º a 160.º e 171.º a 181.º, in Jorge Miranda / Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, vol. II, 2.ª ed. revista, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2018.
- “Sistema de governo semipresidencial”, in *Populus. Revista Jurídica da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia*, n.º 4 (2018), pp. 187-226.
- “State and Church in Portugal”, in Gerhard Robbers (ed.), *State and Church in the European Union*, 3.ª ed, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2019.
- “Segurança Pública”, in Gilmar Ferreira Mendes / Carlos Blanco de Moraes (org.), *Justiça e Segurança. Anais do VII Forum Jurídico de Lisboa*, 2019, pp. 104-112 (acessível em https://forumjuridicodelisboa.com/wp-content/uploads/2020/11/ANAIS_VII_FORUM_JURIDICO_DE_LISBOA.pdf)
- “O império da exceção: a inevitabilidade do autoritarismo em democracia”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, ano LXI, n.º 1 (2020) pp. 813-827.
- “O regime de exceção na Constituição moçambicana”, in Dário Moura Vicente e outros (org.), *Estudos comemorativos dos 30 anos de cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane*, AAFDL, Lisboa, 2021, pp. 1071-1083.

Em colaboração com Ana Luísa Pinto e Alexandra Leitão

Código de Justiça Militar anotado, 1.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2004.

Em colaboração com Manuel Meirinho Martins

- "Portugal", in *Lobbying, Government Relations and Campaign Finance Worldwide*, org. Thomas D. Grant, Oxford, 2005.

Em colaboração com António Vitorino e António Nadais

- *Constituição da República Portuguesa. Textos e Comentários à Lei Constitucional nº 1/82*, AAFDL, Lisboa 1983.

- *Lei sobre Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional*, AAFDL, Lisboa, 1984.

Em colaboração com Nuno Aureliano

- "Contribution to a feasibility study on a project in Afghanistan – law enforcement", separata da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XLVI, n.º 1 (2005), pp. 669-697.

Em colaboração com Jorge Fonseca

- “Cabo Verde: um sistema semi-presidencial de sucesso?”, *Negócios Estrangeiros*, 11.4 número especial, (Outubro 2007), pp. 123-133.

Em colaboração com José Correia

- “As relações entre os Parlamentos nacionais de Portugal e da China, no quadro do aprofundamento das relações entre os dois Estados”, in Wei Dan (ed.), *Os países de língua portuguesa e a China num Mundo globalizado*, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 157-168.

Em colaboração com Ana Catarina Mendes

- Anotação ao artigo 12.º, in Manuel Lopes Porto, Gonçalo Anastácio (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Almedina, Coimbra, 2012.

Obras coletivas organizadas

- *Autarquias Locais em Moçambique. Antecedentes e Regime Jurídico*, IN-CM, Lisboa-Maputo, 1998.
- *Democracia com mais cidadania. A questão da igualdade de participação política*, Lisboa, 1998.
- *O Partido Socialista e a Democracia*, Celta, Lisboa, 2005 (1.ª ed.), 2006 (2.ª ed.).
- *Estudos sobre Populismo: Uma Perspetiva Panorâmica* (coord.), AAFDL, Lisboa, 2020 (participação com o texto “Populismo: componente endémica da democracia de partidos?”).
- *Harmonização e Ponderação. Uma Perspetiva Comparada sobre Portugal e Brasil* (coord.), AAFDL, Lisboa, 2020 (participação com o texto “Proibição do excesso, proibição do defeito e garantia do conteúdo mínimo das colisões de direitos sociais”).

Participação em outras obras coletivas

- 10 Milhões de Razões*, Lisboa, 2002.

Artigos de opinião

Publica com regularidade artigos de opinião em jornais e revistas.

**CONDECORAÇÕES E
DISTINÇÕES**

Brasil (Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco).

Argentina (Grã-Cruz da Ordem de Maio da República Argentina).

**PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES e
ONGs QUE INTEGROU OU
INTEGRA**

Sporting Clube de Portugal

Comité des Sages, Senlis Council

American Club of Lisbon (2006...)

Confraria dos Enófilos e Gastrónomos de Alto Douro e Trás-os-Montes

Confraria Ibérica da Castanha

AWEPA

Associação para o Progresso do Direito

Clube Internacional de Lisboa

Associação Portuguesa de Direito Constitucional

CONSELHOS EDITORIAIS

Membro do Conselho Editorial da Revista Finisterra

Membro do Conselho Editorial da Revista Segurança e Defesa

Membro do Conselho Editorial da Revista *Populus* (Salvador da Bahia, Brasil)